

## Classe média diminui e desigualdade cresce

(Lucas Vettorazzo)

Jornal do Commercio

A crise financeira global interrompeu o movimento de sete anos de queda na desigualdade social do Brasil, segundo pesquisa divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo mostra que, após janeiro deste ano, as classes com renda mais alta diminuíram de tamanho e as de menor renda cresceram, engrossadas principalmente por pessoas da classe média que mudaram de categoria. De acordo com a pesquisa Crônica da crise: ressaca e resiliência recentes, realizada pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da FGV, em janeiro deste ano, a classe AB (a mais rica) encolheu 2,7% e a classe C, 2,2%. No mesmo período, a classe D cresceu 3% e a E teve expansão de 6,7%.

Logo que a crise estourou e nos dois meses subsequentes, de setembro a dezembro, a classe AB apresentava queda de 0,6%, enquanto a classe C, alta de 1,2%. As classes D e E apresentavam altas de 1,5% e 1,2%, respectivamente.

"Avaliamos dois períodos: a primeira fase da crise, de setembro a dezembro, e a segunda fase, a chamada ressaca de janeiro, no qual avaliamos dados de dezembro a janeiro. Podemos perceber que a crise começou a afetar de fato o brasileiro médio em janeiro. Somente nesse mês, a classe AB apresentou uma queda quatro vezes e meia superior a apresentada nos três meses anteriores", analisou o economista responsável pelo o estudo, Marcelo Cortes Neri.

Em fevereiro, o movimento de queda da AB desacelerou e ficou em 0,5%. De acordo com Neri, fevereiro pode ser considerado um mês de "calmaria pós-ressaca", já que, dado o cenário imediato pós-crise, os números não foram tão ruins. No acumulado total desde o início da crise global, de setembro a fevereiro, a classe AB caiu 3,8%, enquanto a classe E aumentou 5,1%.

"Essa crise é atípica, pois tem afetado mais as pessoas com mais renda. No começo do problema, o principal canal de transmissão da crise do exterior para o Brasil eram, primeiramente, as transações financeiras e, em seguida, as exportações. Em ambos os segmentos, observamos uma maioria de renda maior. Em outras crises era o inverso: as classes mais baixas sofriam mais. Contudo, após janeiro, a crise não tardou atingir a população mais pobre", disse.

Segundo Neri, na primeira fase da crise, setembro a dezembro, a chance de alguém deixar as classes A, B e C era 2% maior que no período anterior. De janeiro em diante, o percentual subiu e atingiu 12% frente aos meses precedentes a setembro. "Antes da crise, a chance de um brasileiro cair da classe média alta para as camadas sociais mais baixas era de 2%; com o agravamento da crise essa chance aumentou em seis vezes", ressaltou.

**MIGRAÇÃO.** No setor financeiro, a chance de um trabalhador migrar das classes A, B e C para outras mais baixas era de 9%. Após janeiro, o percentual foi para 13,5%. Na indústria, a possibilidade de algum funcionário deixar a classe média aumentou 2,7%, entre setembro e dezembro, e cresceu 4,1% a partir de janeiro.

Antes da deflagração da crise financeira, em setembro passado, porém, o cenário era o inverso, com menor desigualdade, aumento substantivo e gradual da classe C e redução das classes mais pobres (D e E). Nos últimos cinco anos até o período pré-crise, a classe AB cresceu 35%, a C aumentou 25%, a D caiu 15,9% e a E caiu 40,3%.

Ainda que a crise tenha revertido uma tendência de queda de desigualdade social, Neri afirmou que o cenário pré-crise era um dos melhores já observados no País. Apesar dos números pós-crise denotarem o inverso, Neri disse estar otimista com relação ao Brasil. Para ele, é preciso que o governo mantenha a política de impulso do mercado interno, citando como exemplo a redução da carga tributária e da taxa de juros e a ampliação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. A realização dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), segundo ele, é uma boa medida de estímulo a economia, mas, para surtirem efeito, disse ele, é preciso que os grandes empreendimentos saiam do papel o mais rápido possível.